

 **COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR FATOS ENVOLVENDO O INCÊNDIO DA POUSADA GAROA**

**Pauta:** Instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos envolvendo o incêndio da Pousada Garoa; eleição dos cargos de Vice-Presidente e Relator e organização dos trabalhos.

**PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL):** (9h43min) Senhoras e senhores, esta Comissão Parlamentar de Inquérito, esta CPI, referente à tragédia ocorrida nas dependências das pousadas Garoa, mais precisamente na unidade da Farrapos. Eu tenho muita alegria em recebê-los, é um momento de muita responsabilidade para todos nós, é claro. Eu gostaria de chamar para a Mesa os integrantes desta CPI, além de mim, que presido regimentalmente: o Ver. Alexandre Bublitz, o Ver. Erick Dênil, o Ver. Gilvani o Gringo, o Ver. Giovani Culau e Coletivo, o Ver. Hamilton Sossmeier, o Ver. Marcos Felipi, o Ver. Mauro Pinheiro. Nós vamos, pelo menos... O Mauro pode estar estranhando, nós não temos esse formato obrigatório de estarmos todos na Mesa, mas, só no primeiro dia, me pediram por causa das fotos da imprensa, não que tenhamos que repetir sempre esse formato – o Mauro tem muita experiência. O Ver. Moisés Barboza Maluco do Bem, o Ver. Rafael Fleck, falei agora há pouco, está aí o Fleck; o Ver. Ramiro Rosário... Ramiro. (Pausa.) Nós temos vereadores e vereadoras que não integram a CPI, mas estão presentes aqui, nos dando a honra: a Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, vice-líder do governo; o Ver. Jessé Sangalli, que, aliás, eu chamo para a Mesa, porque há uma substituição do Ver. Coronel Ustra para o Ver. Jessé Sangalli, que vai compor a Mesa conosco, integrando a comissão. Eu quero fazer a referência, mesmo que breve, de que nós temos as presenças: do Dr. Rodrigo, que é ouvidor da nossa Defensoria Pública; Dra. Gizane Medina Rodrigues, dirigente do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública; Dra. Vanessa Canabarro, da Associação dos Curadores Judiciais; Dr. Roque Reckziegel, que é uma figura permanente sempre nesses eventos, que coordena a Comissão de Direitos Humanos da OAB, a presidência, por estatuto, é do

presidente Lamachia; comandante Jair Krischke, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos; Elton Bozzetto, que representa a Pastoral dos Povos de Rua, entre outras entidades que ele também integra e certamente representa; Rosina Duarte e Alice, do Jornal Boca de Rua; Arlindo Ritter, do Sindisaúde – não estava vendo o Arlindo antes; Ayres Cerutti, falei agora há pouco, da ARI, junto com a Jurema Josefa, que também representa a ARI; Cindi e João Ezequiel, que representam o Simpa. O Ver. Moisés Barboza chegou e já vem para a Mesa, por favor, Ver. Maluco do Bem. O Sérgio Bittencourt, que é presidente da Associação dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos; do Sindnapi, nós temos Paulo Lopes, Danilo, Valci, Paulo e Jorge, está certo? É isso? (Pausa.) Está bom, podem ficar mais perto aqui também, não é? Nós temos o Beiço, que é um dos coordenadores das pessoas em situação de rua; nós temos o Núcleo de Direitos Humanos do MP, mas eu não sei quem representa neste momento, não está registrado para mim aqui, só faço a lembrança, depois a Vacari, talvez, nos dê essa informação; o Dr. Leonardo Menin, que é mencionado aqui; a Ângela, presidente do Conselho Municipal de Assistência Social; e o Nelson Kahlil – ele achou que eu ia esquecer dele, eu estava deixando para o final, pois se não tivesse teu nome aqui, eu ia colocar, Nelson! –, do conselho, agora é estadual – mas era municipal, não é? –, das pessoas com deficiência. Eu quero agradecer a presença de todos e de todas, e aí, outras apresentações, a nossa assessoria vai criando a oportunidade de nós falarmos. Essa reunião de instalação é regimentalmente obrigatória e necessária, e eu quero de novo agradecer aos vereadoras e vereadores que estão presentes aqui conosco para este momento tão significativo, e exatamente no horário. Por outro lado, esta CPI, ela existe em função de duas circunstâncias principais: a primeira delas é uma certa obviedade dentro das nossas funções do Legislativo, porque nós temos, por definição constitucional, as missões, eu até diria, de fiscalizar e legislar. Dentro da ideia, Dr. Rodrigo, de fiscalização, existe, sim, um momento em que nós nos debruçamos sobre uma tragédia brutal que ocorreu no ano de 2024; nesses moldes, ela foi inédita em Porto Alegre, infelizmente faleceram 10 pessoas no dia 26 de abril, mais uma no dia 6 de maio, são 11 mortos, 14 feridos, e há uma

série de indagações, Jair Krischke, a serem feitas. Nós temos pessoas que nós queremos ouvir em relação a isso, e também temos documentos que receberemos, já estamos recebendo. Nesse sentido, não há nenhum demérito ao trabalho já realizado, quero fazer esse registro aqui, em nome da Comissão, em nome da Câmara também, não há nenhum demérito em relação ao trabalho já realizado pela Polícia Civil, um inquérito sério, bem conduzido. Eu não tive acesso às conclusões do inquérito, mas acho que terei durante o curso da CPI, mas certamente ele tem objetivos diferentes, e dou um exemplo: a busca de uma nova alternativa de moradia, com segurança e dignidade para as pessoas em situação de rua não é um objetivo da polícia; não é que a polícia seja contra isso, mas não está em suas funções. Nós temos também essa tarefa. E o método investigatório, a forma de trazer pessoas, vocês já vão perceber agora na abertura que farei – que já é quase o encerramento da nossa reunião –, eu vou indicar as pessoas que, num primeiro momento, nós precisamos ouvir e depois os vereadores vão indicar outras pessoas durante o curso da CPI. Nós vamos ter na próxima reunião, eu já vou anunciar qual é, a escolha também da relatoria e da vice-presidência, mas nós teremos pessoas a serem ouvidas, necessariamente, por nós e que eu vou referir agora. Aliás, a primeira delas, eu chamo a atenção, Nelson Khalil, para o fato de que ela não foi ouvida pela Polícia Civil, mas por nós será – por nós será: é o ex-secretário, era secretário do Desenvolvimento Social, na época, o Sr. Léo Voigt, que será ouvido por nós; o delegado da Polícia Civil, Daniel Oliveira Ordahi, que presidiu o inquérito da Polícia Civil nesse sentido; a direção da FASC da época e a atual; as direções da Pousada Garoa da época e atual – obviamente quando eu digo direção, no caso das pousadas, se refere mais aos proprietários, não sei se existia um sistema de direção independente dos proprietários; a Coordenação de Direitos Humanos da OAB – qualquer quesito, nos importa muito a posição aí; outras pousadas que tenham, vereadoras e vereadores, Ver. Ramiro Rosário, também convênio com o Município, para termos uma base do que seria isso, Ver. Culau; o comando dos Bombeiros – os bombeiros tiveram uma atuação muito importante, eles são, João Ezequiel e Cindi, fundamentais na ótica do momento

exato em que o incêndio ocorreu, porque é ali que eles chegaram durante o incêndio. Há um dado, há um dado muito importante que eu quero só deixar aqui registrado, porque ele vai aparecer: essas pousadas, elas podem ter um horário de entrada final, digamos assim, o limite para a entrada na pousada pode ser 19h, 20h, como é comum. Lembro daquele abrigo Marlene, Jair Krisckhe, que nós tínhamos, era 19h, 19h30min, mas não pode ter horário de saída, Ver. Alexandre. Por quê? Se houver horário de saída e que, às 3h da manhã, por exemplo, a pessoa quer sair, tem que sair, senão é cárcere privado. Então, são circunstâncias que nós vamos examinar, porque elas podem ser, no caso do delito, situações bem agravantes. Nós não somos julgadores, não somos juízes, não somos promotores, não somos policiais. Nós somos vereadores, com a obrigação de investigar e levar essas conclusões mais tarde, através de relatório, ao Ministério Público Estadual. Nós temos também que ouvir a direção do cemitério São João. Pode parecer estranho, mas não é. Explico aos Ver. Mauro Pinheiro, Ver. Hamilton Sossmeier, o seguinte – eu só não falei no Ver. Moisés Barboza porque ele está muito no fundo, mas para ele, para o Ver. Marcos Felipi também, que está mais perto. Mas eu vi matérias da imprensa e depois busquei confirmar isso, e confirmei que houve sepultamento de óbito de parte dessas pessoas em tempo muito exíguo, incompatível com duas coisas. A primeira são aquelas famosas horas que confirmam o óbito, e não que não houvesse, mas que são horas necessárias para que as pessoas também se despeçam de seus entes queridos, enfim. E pelo menos quatro dos mortos foram enterrados ali, no cemitério São João, sem nenhum parente avisado, talvez não localizado, saberemos disso, talvez não localizado, mas, com certeza, ausente. Com certeza não havia ninguém. Esse dado foi buscado no seu servidor da Prefeitura. Nós temos a direção do IGP. Eu entrei em contato já com a Dra. Marquet, que é diretora-geral do Instituto Geral de Perícias. O IGP, vocês sabem bem, é quem examina e atesta os óbitos e a *causa mortis*. Provavelmente, nós tenhamos a maior parte ou por intoxicação de fumaça ou por queimaduras de terceiro grau, imagina-se isso. Ambos são tragédias, evidentemente, mas pode haver alguma outra hipótese, como queda, por exemplo, de alguém que se atire. Bom, mas se

alguém se atira, é porque não tinha como sair antes. São situações que nós examinaremos. A Pastoral do Povo de Rua, nós queremos ouvir, porque a pastoral cuida exatamente dessas pessoas, como é que elas foram para lá, como é que foi levada essa proposta, enfim, a Pastoral será ouvida. Aliás, está hoje presente aqui na figura do Elton Bozzetto. A direção do EPA, que é a Escola Porto Alegre, a escola que cuida exatamente, que trabalha exclusivamente, Ver. Giovanni Culau e Ver. Jessé Sangalli, exclusivamente com pessoas em situação de rua. Esse é um dado importante, de serem ouvidos. Os parentes das vítimas, nós recebemos dois contatos apenas, nós queremos ter mais contatos, porque os parentes das vítimas têm informações. Os dois contatos que recebemos eram de denúncias do que não foi averiguado. Isso será, eu não sei se não foi averiguado, eu recebi apenas a denúncia de que não foi. Tentaremos ouvi-los, obviamente tudo é publicamente. Não haverá oitivas secretas, que não tenham a comissão inteira. Pode haver alguma oitiva a pedido do depoente que não tenha público ou que não tenha imprensa, mas não que não tenha a comissão inteira. Isso nós não teremos. A Guarda Municipal, que trabalhou no episódio todo, inclusive em alguns momentos até do sepultamento. E os feridos, nós temos aí no mínimo 14 feridos que foram atendidos no HPS e alguns outros que não chegaram a ser porque não precisou. Então, essa é a lista inicial, isso não impede que nós tenhamos, como eu disse, por sugestão dos vereadores que compõem a comissão, da própria relatoria que será escolhida, outras pessoas a serem ouvidas ou mesmo algum depoimento que decorra do que já existiu aqui. Se alguém aqui faz uma referência importante, que algum de nós julgue necessário ouvir a continuidade através daquela pessoa, nós buscaremos a oitiva. Eu estou praticamente encerrando essa instalação. Muitos dos vereadores que estão aqui presentes compõem também a direção da Casa, em reunião agora. Nós temos o compromisso de buscar, o mínimo possível atrapalhar nesse sentido, cumprimos o regimento. Eu só queria que alguém me informasse qual é a próxima segunda-feira sem ser a do carnaval. Qual é o dia do mês?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

**PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL):** O dia 10 de março. A proposta nossa é que essas reuniões, que seriam sessões da CPI, elas ocorram sempre nas segundas-feiras. Segundas-feiras, às 9h30min da manhã. Segunda-feira, às 9h30min da manhã. Essa é a ideia. E a próxima, portanto, que já será uma reunião para a escolha de relatoria, para a escolha do vice-presidente e, agora, de muita relevância também, já para a oitiva do ex-secretário Léo Voigt. Eu acho que, durante o período até o dia 10, nós já teremos, até por conversas, negociações – Ver. Giovane Byl, obrigado pela presença –, nós teremos condições de elaborar e chegarmos com a situação de relatoria e vice-presidência prontas para o dia. E nós ouviremos, no dia 10 de março, à convocação ou convite da comissão ao Sr. Léo Voigt, já será expedido, eu espero, até sexta-feira agora, hoje é quarta-feira, até a sexta-feira. Chega conosco aqui também o sempre vereador Reginaldo Pujol, muito bem-vindo. Feitos esses esclarecimentos, eu quero agradecer a presença de todas e de todos aqui, particularmente dos membros da nossa CPI.

O Ver. Felipe queria fazer alguma... pois não?

**VEREADOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA):** Bom dia a todos, saúdo Presidente Pedro Ruas. Mas, no artigo 69 inciso III do Regimento Interno da Câmara consta que na data de hoje nós teremos que fazer a instalação, a eleição do vice-presidente e escolha do relator, não fala sobre os requerimentos. Inclusive a gente tem que, primeiro, aprovar um plano de trabalho, e, a partir dele, obviamente, chamar todas essas pessoas aí que entendo que são necessárias que a gente escute para fazer um relatório mais completo possível. Então, acho importante que a gente siga o rito que está no Regimento Interno da Câmara para que a gente já comece bem essa CPI importante, para a gente esclarecer os fatos, ter transparência e, obviamente, trazer o maior número de elementos possíveis. Muito obrigado.



**PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL):** Eu agradeço a contribuição do vereador. O vereador tem razão, nós apenas fizemos isso para priorizar também a questão da direção. Eu vi com a direção da Casa que não havia problema da separação, mas podemos fazer a escolha também da relatoria e da vice-presidência agora, só que levará mais tempo. Mas a observação é pertinente, é correta. Quanto ao plano de trabalho, é o que eu expus, é a oitiva daquelas pessoas e dos documentos a serem apresentados aqui. Porém, estamos abertos, evidentemente, a quaisquer outras sugestões que possam surgir nesse momento. Não há nenhum problema. Só quero dizer que a observação do vereador foi totalmente correta, não há nenhuma contrariedade nossa quanto a ela, apenas uma flexibilização face ao horário que as pessoas têm, com relação – e ficaria mais fácil – à escolha do relator e do vice-presidente. E o plano de trabalho é aquele ali, mas sujeito a alterações, como eu disse. Nós podemos ter outras pessoas a serem ouvidas, outra forma de buscar informações, no próprio local, em alguns momentos, talvez, indo ao IGP. Eu imaginei isso também, mas deixando que os nossos vereadores vão, aos poucos, definindo cada circunstância a ser realizada. Se não houver impedimentos, eu acho que nós teríamos mais facilidade e tempo, Ver. Felipi, de deixar para segunda-feira, dia 10, a escolha. Ela pode ser feita hoje, mas vai nos levar mais tempo de negociações aqui, é só nesse sentido. Eu consultei que era possível, então faríamos isso na próxima, mas como já chegará pronta, aí não teria sentido abrir uma sessão de um minuto. Hoje ela levaria 20 minutos, mas lá vai levar um minuto, talvez menos, então teríamos já uma oitiva a ser feita, que me parece que será a primeira.

**VEREADOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA):** Vereador, acho que não há problema a gente não escolher, eleger hoje o vice-presidente e o relator, mas o relator é quem apresenta o plano de trabalho, e depois a gente tem os requerimentos para oitivas, acareações, depoimentos. A gente tem que seguir o rito do Regimento Interno da Câmara. Então não há problema nenhum nós não elegermos hoje o relator e o vice-presidente, mas a gente não tem como já

convocar uma pessoa aqui para fazer uma oitiva se a gente não tem um plano de trabalho e sequer aprovou o requerimento. Lembrando que o princípio das CPIs é o da colegialidade, ou seja, não havendo consenso é votação respeitando a vontade da maioria. Então eu acho que, como eu comentei: uma CPI importante para a cidade, envolve tragédia, envolve vida de pessoas, a gente quer, inclusive, apontar caminhos para que isso não venha a ocorrer mais na nossa cidade. Então, desde o início, acho que a gente tem que respeitar o Regimento Interno da Câmara e esses princípios que regem uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Faço a minha sugestão aqui: a gente não fazendo hoje a eleição, a gente prorroga então para o dia 10, fazemos a eleição do vice-presidente, do relator, e já aprovamos daí os requerimentos para que, na seguinte, a gente já possa ter as oitivas necessárias que o senhor encaminhou e que outros vereadores que fazem parte da CPI também, com toda a certeza, vão querer fazer algumas sugestões para que a gente possa ouvir aqui na Câmara de Vereadores.

**PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL):** Certamente. Não há nenhum problema em fazermos dessa maneira, colocarmos a eleição do relator e do vice para o dia 10, apresentação de planos de trabalho, e não marcamos ainda a oitiva do ex-secretário Léo Voigt, que será ouvido, com certeza, mas não fica marcada para o dia 10. Isso é importante registrar em termos taquigráficos, mas já fica marcado o resto, ou seja, o restante: escolha do relator, escolha do vice-presidente por eleição e também de plano de trabalho, da relatoria, dos demais vereadores, como sugestão e da presidência que não é exatamente um plano de trabalho, mas pessoas a serem ouvidas necessariamente, tudo para o dia 10; se estão de acordo, posso votar por encerrar a sessão e liberar os vereadores para suas tarefas, não sem antes agradecer novamente a presença de vocês, que é fundamental, nos honrou muito. Tenho certeza de que nas sessões seguintes, que também serão bastante relevantes, porque aí teremos a palavra de muitas pessoas que participaram ou conhecem o tema, sendo prestados aqui na Câmara. De acordo? (Pausa.) Muito obrigado!





Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerrada a reunião às 10h09min.)